

## PROJETO DE LEI Nº DE 2014

*Revogar o inciso II, do art. 1.641, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.344, de 9 de dezembro de 2010.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o inciso II, do art. 1.641 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.344, de 9 de dezembro de 2010.

Art.2º Faculta-se àqueles que se casarem sobre a vigência da lei anterior, a possibilidade de alteração do regime de bens nos termos do art. 1.639, § 2º da Lei nº 10.406 de janeiro de 2002.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo revogar o inciso II, do art. 1.641, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.344, de 9 de dezembro de 2010, o qual estabelece a obrigatoriedade do regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 70 (setenta) anos.

Elemento máximo do direito privado, a liberdade permeia todo o ordenamento civil brasileiro, possibilitando a todos manifestar sua vontade quando esta for necessária para a obtenção de efeitos jurídicos que estejam previstos em nosso mundo jurídico.

Com tal elemento, o sujeito manifesta sua intenção de forma consciente e qualificada, objetivando atingir efeitos jurídicos que lhe faça adquirir, modificar ou extinguir direitos, refletindo uma liberdade, garantida pelo denominado *princípio da autonomia da vontade*.

Não podemos esquecer que, mesmo recebendo influências diretas da Constituição Federal, o Direito das Famílias não perdeu a característica de ser parte integrante do direito privado, uma vez que há em nosso ordenamento o princípio da liberdade nas relações de família.

Se é com base no princípio da liberdade que impedimos que o Estado venha a interferir nas relações de cunho privado, entendemos que cabe ao ser humano decidir seu futuro com responsabilidade e equilíbrio, agindo com boa-fé e sempre visando seu engrandecimento pessoal e familiar.

Manter uma limitação no que tange a liberdade patrimonial do maior de 70 anos impedindo-lhe livre escolha de regime de bens é uma verdadeira infelicidade, pois é como se o Estado estivesse desrespeitando o princípio da liberdade (ou da não intervenção) impondo que o regime da separação obrigatória é o melhor para fortalecer a família que será formada.

A Constituição Federal veda qualquer tipo de discriminação, seja por cor, credo, raça, opção sexual ou idade.

Nosso hodierno Direito Civil é composto de cláusulas abertas (ou vetores de interpretação), que possibilitam ao aplicador e intérprete do Direito Privado ir além do previsto na lei, devendo atentar-se em cumprir suas verdadeiras finalidades, com base em princípios como os da *boa-fé, eticidade e função social*.

Se o contexto familiar se funda em dignidade da pessoa humana, solidariedade, respeito de seus entes para estabelecerem e desfrutarem de uma vida em comunhão, não seria um retrocesso praticado pelo legislador continuar com a obrigatoriedade do regime de separação de bens nos casos do artigo 1.641, II do Código Civil, ignorando todo o processo de repersonalização do Direito de Família.

O Regime de Bens é um dos instrumentos de que dispõe as pessoas para dar efetividade aos seus interesses na hora de constituir a família. Por isso, a separação obrigatória de bens consagra a restrição à liberdade de amar, e vai de encontro à interpretação eudemonista da família. Suprimir o direito de escolha quanto ao Regime de Bens na hora de casar é desconsiderar o princípio norteador de todo o sistema jurídico: a dignidade da pessoa humana. Especificamente, no caso do inciso II, do artigo 1641 do Código Civil, a restrição atenta contra a liberdade individual, ofende a dignidade da pessoa humana e inflige um ultraje à terceira idade. A motivação de afastar o incentivo patrimonial do casamento de uma pessoa jovem com alguém mais idoso (que parece ser a principal razão de existir do inciso segundo do artigo 1.641, do Código Civil), apesar de dar ares de uma ideia protecionista, resultou numa lei de constitucionalidade duvidosa que acaba por prejudicar aqueles a quem deveria proteger e limitar a família instrumental constitucional. Com a cultura e a tecnologia atual, uma pessoa de sessenta anos ainda pode ter uma aparência muito atraente, como é o caso de muitas personalidades do cinema, por exemplo. Eis que não faz sentido deduzir que o casamento com essas pessoas se dará por provável interesse econômico e não pessoal. Atribuir ao idoso condição de incapaz, impeditivo de estipular sobre o Regime de Bens que vigorará em seu casamento viola o princípio da isonomia, da liberdade e da autonomia privada. Discriminar as pessoas em razão da autonomia privada. Discriminar as pessoas em razão da idade ofende o princípio da igualdade. Deduzir que aqueles acima de sessenta anos não são mais alvo de amor verdadeiro atenta contra a dignidade

da pessoa humana. A norma que padece de vício material de constitucionalidade termina por violar o princípio da razoabilidade. E, portanto, o artigo 1.641, em seu inciso II, não está em conformidade com uma hermenêutica voltada à eficácia dos direitos fundamentais, como é a hermenêutica contemporânea. O Direito de Família precisa ser analisado sob o prisma da Constituição Federal e os institutos jurídicos devem ser tutelados ao passo que desempenhem seus papéis de permitir o desenvolvimento do sujeito. A supressão da escolha do Regime de Bens limita, potencialmente, a família como instrumento de busca da felicidade. A restrição legal que, antes de analisar as características pessoais de cada ser humano, impede a manifestação da autonomia de vontade dos nubentes na fixação do regime de bens de seu próprio consórcio causa um abalo à instrumentalidade constitucional da família. Por todos esses motivos, conclui-se que a ordem jurídica trazida pela Constituição de 1988 não recepciona o inciso II do artigo 1641. O anseio de firmar uma comunhão de vida permeada pelo afeto é natural de quase todos os seres humanos e independe da idade. Portanto, muitas pessoas com mais de sessenta anos querem refazer sua vida e dar uma nova chance ao amor. O inciso II do artigo 1.641 do nosso código parece querer dificultar o direito a própria vida.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe em seu art. 1º, III que um dos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito é a Dignidade da Pessoa Humana. Esse princípio, considerado em sua essência, seria inerente ao ser humano e se revelaria como a condição mínima de uma existência digna.

Além disso, um dos objetivos do Estado Democrático de Direito é reprimir qualquer forma de discriminação, seja ela em razão de raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra modalidade de discriminação, conforme se depreende do art. 3º, IV da CR/88.

Ainda dentro do texto constitucional, no art. 5º, são previstas garantias fundamentais individuais tais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A despeito da grandiosidade e beleza de todas estas disposições, o Código Civil Brasileiro atentou contra estas diretrizes, consagrando uma norma que contraria toda a estrutura de sustentação do Estado Democrático de Direito.

Todo ser humano, pela natureza, busca alguém com quem deseja compartilhar a sua vida, suas alegrias, tristezas e vontades. Dentro desse contexto, coube ao Direito a difícil tarefa de regular essas relações que, por envolverem o vínculo afetivo, são demasiadamente complexas e de difícil apuração por meio de um texto legal.

Por mais que o legislador tenha tentado, da melhor forma, instituir normas para regular esse ramo do Direito, acabou pecando em determinados aspectos, consagrando uma regra cujo único destino, sem dúvida, deve ser o esquecimento.

Para explicar como o dispositivo, ora repudiado, causa perplexidade e revolta, é necessário se entender alguns preceitos do Direito de Família, presentes no próprio Código Civil Brasileiro.

A legislação relativa ao tema distingue o ramo do Direito de Família em dois títulos principais, que tratam, tanto das questões pessoais, relativas ao vínculo afetivo em si, quanto das implicações patrimoniais decorrentes desse vínculo.

Assim, dispõe o art. 1.511 do CC/02:

*Art. 1.511. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.*

Além disso, o art. 1.513 expressamente determina:

*Art. 1.513. É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.*

No que diz respeito ao aspecto patrimonial, quando as normas vão tratar especificamente dos regimes de bens, estabelece o art. 1.639 do CC/02:

*Art. 1.639. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.*

Entretanto, sem nenhum motivo capaz de explicar a contradição, a lei proíbe essa escolha às pessoas que se casam após os sessenta anos, impondo às mesmas a adoção do regime de separação obrigatória de bens, previsto no art. 1.641, II do CC/02:

*Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:*

(...)

*II - da pessoa maior de sessenta anos;*

Ora, o dispositivo legal, parece acreditar que as pessoas maiores de sessenta anos não têm o devido discernimento para dispor sobre os seus bens, e numa falsa tentativa de proteger o patrimônio do idoso e da própria família, cria a maior das injustiças.

A pessoa, que tiver plena capacidade de exercer os atos da vida civil, tem o direito de dispor livremente sobre os seus bens, e ninguém pode interferir nessa vontade, nem mesmo a lei.

Não há razão para se entender que o maior de sessenta anos, que durante toda a vida constituiu seu patrimônio, a essa altura, seja tolhido de fazer suas próprias escolhas.

Os bens, que pertencem ao idoso, e que foram por ele conquistados, não só podem, como devem ser partilhados da forma que ele entender ser o melhor para a sua vida naquele momento, ainda que o futuro casamento dure apenas por alguns instantes.

Como conceber a dignidade da pessoa humana, se ao completar sessenta anos, o indivíduo é considerado incapaz de resolver sozinho como irá estabelecer seu regime de bens?

Ainda que com a melhor das intenções, a lei partisse do pressuposto que o idoso seria vulnerável às enganações, peca terrivelmente por ignorar o fato de que a experiência e a maturidade acumulada durante toda a vida podem revelar a mais apurada sabedoria.

Essa restrição lesa de uma só vez todas as principais garantias previstas, criando uma classe de pessoas à margem da sociedade, que após certa idade, sofre com a discriminação, e o desrespeito às suas vontades.

Destarte, por todos os argumentos expostos, acredita-se que o dispositivo legal combatido deve ser revogado, de forma a apagar qualquer vestígio de discriminação, pois ao Direito cabe o papel de conceder a todos, de forma igualitária, as garantias legais previstas.

Neste sentido, solicito o apoio dos nobres pares para a provação da presente proposta.

Brasília, de de .

---

Deputado Cleber Verde  
PRB/MA